

**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CUIABÁ – SME
DIRETORIA DE GERAL DE REDES
Coordenadoria de Microplanejamento Educacional**

**A PRESENÇA ADULTA NA EDUCAÇÃO INFANTIL COMO
FUNDAMENTO ESTRUTURAL DA POLÍTICA PÚBLICA**
Reorganização da força de trabalho na Rede Municipal de Educação de
Cuiabá

**Estudo Técnico-Científico da CMPE/SME-Cuiabá
Volume 3 – Série Microplanejamento Educacional**

Ângelo Valentim Lena
Coordenador de Microplanejamento Educacional – SME/Cuiabá
ORCID: 0000-0002-7868-2703
angelo.lena@sme.cuiaba.mt.gov.br

**Cuiabá – MT
Secretaria Municipal de Educação
2026**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Elaborado pela CMPE/SME-Cuiabá

Lena, Ângelo Valentim

A presença adulta na Educação Infantil como fundamento estrutural da política pública: reorganização da força de trabalho na Rede Municipal de Educação de Cuiabá / Ângelo Valentim
Lena. – Cuiabá: Secretaria Municipal de Educação – SME/CMPE, 2026.

31 p. ; il. ; 30 cm
(Série Microplanejamento Educacional ; v. 3)

Inclui referências bibliográficas.

ISBN: 978-65-02-07260-8

DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.19779937>

1. Educação Infantil
2. Política Pública Educacional em Cuiabá.
3. Planejamento Educacional.
4. Primeira Infância.
5. Organização escolar G0–G5.
6. Planejamento territorial em educação.
7. Demografia educacional.
 - I. Título.
 - II. Série.

CDD: 372.21

CDU: 373.2

Direitos autorais e licença de uso

Este documento técnico-científico é de autoria de Ângelo Valentim Lena e foi produzido no âmbito da Coordenadoria de Microplanejamento Educacional (CMPE) da Secretaria Municipal de Educação de Cuiabá (SME-Cuiabá).

Salvo indicação em contrário, todo o conteúdo deste trabalho está licenciado sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

Isso significa que é permitido:

- compartilhar (copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato);
- adaptar (remixar, transformar e criar a partir deste material), para qualquer fim, inclusive comercial, desde que sejam respeitadas as seguintes condições:
- Atribuição – Deve ser dado o devido crédito ao autor e à instituição, fornecer um link para a licença e indicar se foram feitas alterações.

LENA, Ângelo Valentim. *A presença adulta na Educação Infantil como fundamento estrutural da política pública: reorganização da força de trabalho na Rede Municipal de Educação de Cuiabá*. Cuiabá: SME/CMPE, 2026.

Texto completo da licença disponível em:
<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Sumário

1. Introdução.....	7
2. Metodologia.....	9
3. Resultados.....	11
3.1 Parâmetros de proporção adulto–criança.....	11
Tabela 1 — Proporção adulto–criança por grupo etário.....	11
3.2 Organização das turmas na rede municipal.....	12
Tabela 2 — Organização das turmas por etapa.....	12
3.3 Simulação da presença adulta por turma.....	13
Tabela 3 — Simulação de profissionais por turma.....	13
Tabela 4 — Organização da equipe por turma e por turno.....	14
3.4 Dimensionamento global da força de trabalho.....	14
Tabela 5 — Quantitativo de turmas por grupo etário na RME-Cuiabá (2026).....	15
Tabela 6 — Estimativa de profissionais na rede.....	16
3.5 Síntese dos resultados.....	17
4. Discussão.....	18
4.1 A presença adulta como infraestrutura pedagógica: fundamentos históricos e pedagógicos.....	18
4.2 A fratura entre creche e pré-escola: descontinuidade na presença adulta.....	19
4.3 A incoerência institucional: entre reconhecimento normativo e organização prática.....	20
4.4 O potencial do PCCS como solução estrutural.....	22
4.5 Reorganização da força de trabalho: redistribuição docente e recomposição do apoio	24
4.6 A presença adulta como condição da pedagogia da escuta.....	25
4.7 Experiências institucionais e a pedagogia da presença: entre evidência local e referência internacional.....	27
5. Considerações Finais.....	30
6. Referências.....	31

Resumo

Este estudo analisa a organização da presença adulta nas turmas de Educação Infantil da Rede Municipal de Educação de Cuiabá (RME-Cuiabá), considerando a relação entre proporção adulto-criança, estrutura normativa do Conselho Municipal de Educação e a configuração funcional das unidades escolares. Fundamentado em produções técnico-científicas da Coordenadoria de Microplanejamento Educacional (CMPE) e na análise das normativas municipais vigentes e pretéritas, o trabalho evidencia que a presença de múltiplos adultos por turma constitui elemento estruturante da qualidade pedagógica, da segurança e da continuidade do desenvolvimento infantil. A investigação demonstra que, embora essa necessidade esteja historicamente reconhecida nas normativas e na prática institucional, sua formalização ainda ocorre de maneira fragmentada, especialmente na transição entre creche e pré-escola. A partir de dados reais de enturmação, jornadas de atendimento e parâmetros técnicos de proporção adulto-criança, apresenta-se uma simulação do dimensionamento de profissionais, evidenciando que a rede já dispõe, em seu Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS), dos cargos necessários para sustentar essa organização. Conclui-se que a qualificação da Educação Infantil na RME não depende da criação de novos cargos, mas da reorganização estratégica da força de trabalho existente, consolidando a presença adulta como fundamento estruturante da política pública para a infância.

Palavras-chave (Português)

Educação Infantil. Proporção adulto-criança. Política pública educacional. Planejamento educacional. Primeira infância. Organização escolar. Microplanejamento educacional.

Abstract

This study analyzes the organization of adult presence in Early Childhood Education classrooms within the Municipal Education System of Cuiabá (RME-Cuiabá), considering the relationship between adult–child ratios, municipal regulatory frameworks, and the operational structure of educational units. Grounded in technical-scientific productions from the Educational Microplanning Coordination (CMPE) and in the analysis of both current and historical municipal regulations, the study demonstrates that the presence of multiple adults per classroom is a structural condition for pedagogical quality, safety, and continuity of child development. The findings reveal that, although this requirement has long been recognized in both regulations and institutional practices, its formal implementation remains fragmented, particularly in the transition from daycare (creche) to preschool. Based on real data on class organization, daily schedules, and recommended adult–child ratios, the study presents a simulation of workforce requirements, showing that the system already possesses, within its Career Plan (PCCS), the necessary professional roles to support this structure. It concludes that improving Early Childhood Education in the municipal system does not require the creation of new positions, but rather a systemic reorganization of existing staff allocation, recognizing adult presence as a foundational element of early childhood public policy.

Keywords (English)

Early Childhood Education. Adult–child ratio. Educational public policy. Educational planning. Early childhood. School organization. Educational microplanning.

1. Introdução

A Educação Infantil, enquanto primeira etapa da Educação Básica, constitui um campo singular da política educacional, marcado por intensos processos de desenvolvimento humano e pela centralidade das relações interpessoais. Diferentemente das etapas posteriores, sua organização não pode ser reduzida à transmissão de conteúdos, mas deve ser compreendida como um espaço de experiências, interações e constituição de vínculos, no qual o cuidado e a educação se apresentam de forma indissociável.

Nesse contexto, a presença do adulto assume papel estruturante. A criança pequena não interage com abstrações institucionais, mas com sujeitos concretos que organizam o ambiente, mediam experiências e garantem segurança física e emocional. Assim, a qualidade da Educação Infantil está diretamente relacionada não apenas à formação dos profissionais, mas também à quantidade, à disponibilidade e à organização da presença adulta nas turmas.

No âmbito da Rede Municipal de Educação de Cuiabá (RME-Cuiabá), essa discussão ganha contornos específicos. Estudos desenvolvidos pela Coordenadoria de Microplanejamento Educacional (CMPE), como *Coerência Etária, Data Corte e Organização da Educação Infantil e Implantação Experimental de Atendimento em Tempo Integral para Pré-escola*, evidenciam que a proporção adulto-criança constitui um dos principais elementos estruturantes da qualidade educacional, influenciando diretamente as condições de interação, o desenvolvimento integral das crianças e a organização do trabalho pedagógico.

Entretanto, observa-se uma tensão entre a base normativa, a prática institucional e a estrutura formal de pessoal da rede. Embora a necessidade de múltiplos adultos por turma seja amplamente reconhecida, tanto em documentos orientadores quanto no cotidiano das unidades educacionais, sua formalização ocorre de maneira desigual, especialmente na transição entre creche e pré-escola, revelando uma fragmentação na organização da presença adulta ao longo da Educação Infantil.

No contexto da RME-Cuiabá, a estrutura de pessoal da Educação Infantil está organizada a partir do Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS) da Secretaria Municipal de Educação, instrumento que regulamenta as funções, atribuições e possibilidades de progressão profissional dos servidores da rede. No interior dessa estrutura, destacam-se os cargos de Auxiliar de Desenvolvimento Infantil (ADI) e Técnico de Desenvolvimento Infantil

(TDI), responsáveis pela atuação direta junto às crianças nos processos de cuidado e educação, com possibilidade de evolução funcional entre si.

A existência desses cargos constitui um elemento central para a análise proposta neste estudo, uma vez que indica que a rede já dispõe, em sua estrutura institucional, de profissionais cuja atuação pode ser reorganizada de modo a garantir a presença ampliada de adultos nas turmas. Dessa forma, o desafio não se coloca, prioritariamente, na criação de novas categorias profissionais, mas na reorganização sistêmica da alocação dos profissionais existentes, em consonância com as demandas pedagógicas e operacionais da Educação Infantil.

Diante desse cenário, o presente estudo tem como objetivo analisar a organização da presença adulta nas turmas da RME-Cuiabá, articulando:

- (i) a base normativa municipal, com destaque para os marcos regulatórios estabelecidos entre 2012 e 2025;
- (ii) os parâmetros técnico-pedagógicos desenvolvidos pela CMPE;
- (iii) a configuração real das turmas e das jornadas de atendimento; e
- (iv) a estrutura de cargos prevista no PCCS.

Parte-se da hipótese de que a qualificação da **Educação Infantil** na rede municipal **não depende da criação de novos cargos**, mas da reorganização da presença adulta como elemento estruturante da política pública, reconhecendo-a como condição necessária para a garantia de práticas educativas fundamentadas na interação, na escuta e na valorização da infância.

2. Metodologia

Nos inserimos no campo das pesquisas aplicadas em políticas públicas educacionais, adotando uma abordagem qualitativa com suporte quantitativo, orientada pela análise da organização sistêmica da Educação Infantil na Rede Municipal de Educação de Cuiabá (RME-Cuiabá). Tal abordagem insere-se no campo das investigações qualitativas em ciências sociais aplicadas, compreendidas como aquelas que buscam interpretar fenômenos complexos em seus contextos reais, conforme discutido por Minayo (2001) e Gil (2008). Trata-se de uma investigação de caráter analítico-propositivo, que busca compreender as condições estruturais da presença adulta nas turmas e, a partir dessa compreensão, indicar possibilidades de reorganização institucional.

A escolha por uma abordagem qualitativa fundamenta-se na necessidade de interpretar a Educação Infantil não apenas como um conjunto de dados operacionais, mas como um campo relacional e pedagógico, no qual as condições materiais — entre elas, a presença de adultos — influenciam diretamente a experiência educativa. Nesse sentido, os dados quantitativos utilizados não constituem um fim em si mesmos, mas operam como suporte para a compreensão das dinâmicas estruturais da rede.

Do ponto de vista metodológico, o estudo articula três dimensões complementares de análise. A primeira refere-se ao exame documental, que compreende a leitura e interpretação de normativas do Conselho Municipal de Educação de Cuiabá, com destaque para os marcos regulatórios estabelecidos a partir de 2012 e sua atualização em 2025, bem como do Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS) da Secretaria Municipal de Educação. Esse conjunto de documentos permite compreender como o sistema educacional define, em nível formal, a organização da Educação Infantil e a atuação dos profissionais que nela atuam.

A segunda dimensão corresponde à análise da organização real da rede, a partir de dados de enturmação referentes ao ano de 2026. Esses dados possibilitam identificar padrões concretos de funcionamento das unidades educacionais, incluindo a distribuição das turmas por grupo etário (**G0** - grupo etário de crianças que não completaram 1 ano de idade - a **G5** - grupo etário de crianças que completaram 5 anos de idade), o número de crianças por turma e a organização das jornadas de atendimento, especialmente no que se refere ao funcionamento em tempo integral na creche e em tempo parcial na pré-escola. Ao trazer à análise a materialidade da rede, essa dimensão permite tensionar os dispositivos normativos com as condições efetivas de funcionamento.

A terceira dimensão consiste na construção de uma modelagem técnico-simulativa, elaborada a partir da articulação entre os parâmetros de proporção adulto-criança definidos nos estudos da Coordenadoria de Microplanejamento Educacional (CMPE) e os dados empíricos da rede. Essa modelagem não se configura como projeção estatística de caráter preditivo, mas como instrumento analítico que permite visualizar a relação entre organização das turmas, jornadas de atendimento e necessidade de profissionais. Ao simular diferentes configurações de presença adulta, torna-se possível explicitar a distância entre a estrutura atual e aquela requerida para garantir condições adequadas de atendimento.

A articulação entre essas três dimensões — normativa, empírica e simulativa — permite compreender a presença adulta na Educação Infantil como um fenômeno simultaneamente regulado, praticado e projetado. Essa abordagem possibilita não apenas descrever a realidade da RME-Cuiabá, mas analisá-la em suas tensões e potencialidades, contribuindo para a formulação de propostas que dialoguem com as condições concretas da rede.

Cabe destacar que o estudo não tem como objetivo esgotar a análise sobre os aspectos financeiros ou orçamentários envolvidos na reorganização da força de trabalho, concentrando-se na dimensão estrutural e pedagógica da política educacional. Ainda assim, reconhece-se que qualquer proposição decorrente desta análise deve, necessariamente, dialogar com os limites e possibilidades da gestão pública.

Dessa forma, a metodologia adotada busca articular rigor analítico e compromisso com a realidade institucional, compreendendo o microplanejamento educacional como um campo estratégico para a produção de conhecimento aplicado e para a qualificação das políticas públicas voltadas à primeira infância.

Além disso, a análise considera experiências institucionais já existentes no âmbito da RME-Cuiabá que tensionam a organização tradicional do atendimento na Educação Infantil, como as turmas de pré-escola em tempo integral implantadas em unidades específicas da rede e as turmas de G3 (Grupo etário de crianças de 3 anos) em regime parcial vinculadas ao ambiente escolar. Essas experiências, embora ainda não sistematizadas como política de rede, constituem referências empíricas relevantes para compreender possibilidades concretas de reorganização da presença adulta e da estrutura pedagógica das turmas.

3. Resultados

A análise da organização da Educação Infantil na Rede Municipal de Educação de Cuiabá (RME-Cuiabá) evidencia que a presença adulta nas turmas não pode ser compreendida apenas como uma variável quantitativa, mas como um elemento estruturante que articula condições pedagógicas, operacionais e institucionais. A partir da integração entre parâmetros técnico-pedagógicos, dados de enturmação e modelagem simulativa, torna-se possível explicitar as dinâmicas reais de funcionamento da rede e as demandas associadas à garantia de qualidade no atendimento.

3.1 Parâmetros de proporção adulto-criança

A definição da proporção adulto-criança constitui o ponto de partida para a análise, uma vez que estabelece o referencial teórico-operacional a partir do qual se organiza a presença adulta nas turmas.

Tabela 1 — Proporção adulto-criança por grupo etário

Grupo Etário	Proporção
G0	1:5*
G1	1:7*
G2	1:10*
G3	1:10*
G4	1:15**
G5	1:20**

Fonte: CMPE/SME-Cuiabá (2025)

* Proporção já implantada na Rede

** Proporção sugerida pela CMPE

A leitura dos parâmetros apresentados na Tabela 1 evidencia uma progressão diretamente associada ao desenvolvimento infantil, na qual a necessidade de atenção individualizada diminui gradativamente à medida que a criança avança em idade. Nos grupos iniciais (**G0** - grupo etário de crianças que não completaram 1 ano de idade - e **G1** - grupo etário de crianças que já completaram 1 ano de idade), a maior densidade de presença adulta está vinculada às demandas intensivas de cuidado, segurança e interação direta. Nos grupos

subsequentes, observa-se uma ampliação relativa da autonomia infantil, o que permite a redução da proporção, sem que isso implique diminuição da importância da presença adulta.

Entretanto, é fundamental destacar que essa redução não representa uma flexibilização do papel do adulto, mas uma reconfiguração de sua atuação, que passa a assumir maior complexidade pedagógica, especialmente nos grupos da pré-escola, nos quais a mediação das interações e a organização dos campos de experiência tornam-se centrais.

3.2 Organização das turmas na rede municipal

A compreensão dos parâmetros de proporção adquire maior densidade quando articulada à organização concreta das turmas na RME-Cuiabá.

Tabela 2 — Organização das turmas por etapa

Grupo	Média de alunos	Tipo de atendimento
G0–G3	30	Integral
G4–G5	25	Parcial*

Fonte: Dados da RME-Cuiabá (2026)

**Com experiências de tempo integral em unidades específicas.*

Os dados apresentados na Tabela 2 evidenciam uma distinção estrutural entre creche e pré-escola, não apenas em termos de faixa etária, mas sobretudo na forma de organização do atendimento. Enquanto a creche opera majoritariamente em regime de tempo integral, com jornadas que podem alcançar até 12 horas diárias, a pré-escola se organiza predominantemente em tempo parcial, ainda que existam experiências de atendimento integral em determinadas unidades.

Essa diferença de organização implica impactos diretos na presença adulta. No caso da creche, a necessidade de cobertura ampliada ao longo do dia exige não apenas múltiplos adultos simultaneamente, mas também a organização por turnos de trabalho, o que amplia significativamente o número total de profissionais envolvidos por turma. Já na pré-escola, a redução da jornada tende a concentrar a presença adulta em um único turno, o que, em muitos casos, resulta na limitação da equipe a um único professor.

Entretanto, as experiências de pré-escola em tempo integral existentes na rede tensionam essa lógica, demonstrando que a ampliação da jornada exige uma reconfiguração da equipe, aproximando a organização da pré-escola daquela observada na creche.

3.3 Simulação da presença adulta por turma

A partir da articulação entre os parâmetros de proporção e a organização das turmas, foi possível desenvolver uma modelagem simulativa da presença adulta por turma.

Tabela 3 — Simulação de profissionais por turma

Grupo	Adultos simultâneos	Profissionais por turma
G0	6	12
G1	5	10
G2	3	6
G3	3	6
G4	2	2
G5	2	2

Fonte: Elaboração própria

A Tabela 3 evidencia que a presença adulta nas turmas da creche não pode ser compreendida em termos unitários. Mesmo nos grupos com menor exigência proporcional (**G2** - grupo etário de crianças que completaram 2 anos de idade - e **G3** - grupo etário de crianças que completaram 3 anos de idade), a necessidade de múltiplos adultos simultaneamente é incontornável, sendo ampliada pela exigência de cobertura em dois turnos.

No caso do berçário (**G0** - grupo etário de crianças que não completaram 1 ano de idade), a necessidade de seis adultos simultâneos por turma revela a intensidade das demandas de cuidado e interação, resultando em um total de doze profissionais por turma quando considerada a organização por turnos. Essa configuração evidencia que a estrutura da Educação Infantil, especialmente na creche, aproxima-se de um modelo coletivo de trabalho, no qual a equipe pedagógica substitui a lógica tradicional de atuação individual docente.

Na pré-escola, ainda que a proporção permita uma redução do número de adultos simultâneos, a simulação indica que a presença de pelo menos dois profissionais por turma constitui condição mínima para garantir o funcionamento adequado das atividades, especialmente quando consideradas as demandas de organização do espaço, acompanhamento das crianças e desenvolvimento das propostas pedagógicas.

A partir da simulação da presença adulta por turma, torna-se possível avançar para a definição da organização da equipe por turno, considerando a distribuição entre profissionais docentes e auxiliares. Essa modelagem permite explicitar, de forma mais operacional, como a presença adulta pode ser estruturada no cotidiano das unidades educacionais, respeitando as especificidades de cada grupo etário.

Tabela 4 — Organização da equipe por turma e por turno

Grupo	Tipo	Professores por turno	Auxiliares por turno	Total por turno	Total diário
G0	Integral	1	5	6	12
G1	Integral	1	4	5	10
G2	Integral	1	2	3	6
G3	Integral	1	2	3	6
G3	Parcial	1	2	3	6
G4	Integral	1	1	2	4
G4	Parcial	1	1	2	2
G5	Integral	1	1	2	4
G5	Parcial	1	1	2	2

Fonte: Elaboração própria com base na Tabela 3

A configuração apresentada evidencia que é possível garantir a presença de, no mínimo, um professor com formação em Pedagogia por turma e por turno, articulado com auxiliares em número compatível com as demandas de cada faixa etária. Essa organização reforça o caráter coletivo do trabalho na Educação Infantil e aproxima a estrutura da rede de modelos pedagógicos que valorizam a interação, a escuta e o acompanhamento individualizado das crianças.

Além disso, a distribuição proposta permite maior racionalidade na alocação dos profissionais, contribuindo para o equilíbrio entre qualidade pedagógica e viabilidade administrativa, especialmente em contextos de restrição orçamentária.

3.4 Dimensionamento global da força de trabalho

A compreensão da estimativa de profissionais na Educação Infantil da RME-Cuiabá requer, necessariamente, a explicitação do quantitativo de turmas que compõem a rede. Isso porque a organização da presença adulta não se estabelece a partir do número total de alunos, mas da estrutura de enturmação, uma vez que cada turma constitui uma unidade pedagógica e administrativa com demandas próprias de atendimento.

Nesse sentido, a tabela a seguir apresenta a distribuição das turmas por grupo etário, bem como o número total de alunos atendidos em cada etapa, permitindo estabelecer uma relação direta entre a configuração da rede e a modelagem de profissionais anteriormente apresentada. Essa explicitação é fundamental para conferir maior consistência à análise, possibilitando compreender como a proposta de reorganização da presença adulta se materializa na escala real do sistema educacional.

Tabela 5 — Quantitativo de turmas por grupo etário na RME-Cuiabá (2026)

Grupo	Alunos	Turmas	Média por turma
G0 – Berçário	1.017	40	25,4
G1 – Maternal	2.603	91	28,6
G2 – Jardim I	3.748	125	30,0
G3 – Jardim II	4.313	137	31,5
G3 – Jardim II Escola	106	6	17,7
G4 – Pré I	6.042	279	21,6
G5 – Pré II	6.214	278	22,4

Fonte: Dados da CMPE/SIGEEC-Cuiabá (2026)

Total:

- **Turmas:** 956
- **Alunos:** 24.043

Os dados apresentados evidenciam a dimensão da rede municipal de Educação Infantil, tanto em termos de quantitativo de turmas quanto de alunos atendidos. Observa-se que a RME-Cuiabá conta com 956 turmas distribuídas entre os diferentes grupos etários, o que reforça a complexidade da organização da presença adulta no sistema.

A análise da média de alunos por turma revela, ainda, um descompasso entre os parâmetros ideais de atendimento e a realidade observada em determinados grupos, especialmente na pré-escola. Esse cenário reforça a necessidade de reorganização da presença adulta como estratégia para qualificar o atendimento, mesmo em contextos de elevada demanda.

Além disso, a explicitação do quantitativo de turmas permite estabelecer uma correlação direta entre a estrutura da rede e a estimativa de profissionais apresentada na sequência, conferindo maior consistência à modelagem proposta.

A projeção da presença adulta por turma permite estimar o quantitativo global de profissionais envolvidos na Educação Infantil da RME-Cuiabá.

Tabela 6 — Estimativa de profissionais na rede

Categoria	Quantidade estimada
Professores	956
TDI/PEI	3.156
Total	4.112

Fonte: Simulação baseada em dados da RME (2026)

A análise dos dados apresentados evidencia que a Educação Infantil na RME-Cuiabá mobiliza um contingente expressivo de profissionais, totalizando aproximadamente 4.112 trabalhadores distribuídos entre funções docentes e de apoio.

Esse volume reforça que a presença adulta já constitui elemento estruturante da organização da rede, especialmente na creche, onde a atuação coletiva é condição para o funcionamento das unidades.

Dessa forma, o desafio não se encontra na ampliação do quadro de pessoal, mas na reorganização de sua distribuição, especialmente no que se refere à pré-escola, etapa em que se observa maior concentração da presença em um único profissional por turma.

Esse dado permite uma leitura fundamental: a rede já opera, na prática, com uma lógica de múltiplos adultos por turma, ainda que essa condição nem sempre esteja formalmente reconhecida como elemento estruturante da política educacional. Nesse sentido, o desafio não se encontra na ampliação indiscriminada do quadro de pessoal, mas na organização e reconhecimento institucional dessa presença.

Além disso, a diferença entre funções docentes e de apoio evidencia a complementaridade necessária à organização da Educação Infantil como um campo integrado, no qual essas dimensões não podem ser dissociadas.

3.5 Síntese dos resultados

A análise desenvolvida permite afirmar que:

- a presença adulta na Educação Infantil é estruturalmente coletiva;
- a organização das turmas em tempo integral amplia significativamente a demanda por profissionais;
- a pré-escola apresenta uma redução relativa da presença adulta, configurando uma ruptura na continuidade da etapa;
- a Rede já dispõe de profissionais suficientes, em termos estruturais, para sustentar uma reorganização baseada na proporção adulto–criança.

Esses resultados indicam que a questão central não reside na ausência de recursos humanos, mas na forma como esses recursos são organizados e reconhecidos no interior da política educacional.

Além disso, a dimensão atual da rede, que conta com 956 turmas e mais de quatro mil profissionais envolvidos na Educação Infantil, reforça que a questão central não reside na insuficiência de recursos humanos, mas na forma como esses recursos são organizados e distribuídos entre as diferentes etapas.

4. Discussão

A análise dos resultados permite identificar três dimensões centrais que estruturam a discussão sobre a presença adulta na Educação Infantil: (i) sua condição como fundamento pedagógico e histórico da organização do trabalho educativo; (ii) as tensões institucionais decorrentes da forma como essa presença se materializa na rede; e (iii) as possibilidades concretas de reorganização a partir das experiências já existentes e dos referenciais teóricos consolidados.

A partir dessas dimensões, o presente capítulo se organiza em diferentes eixos analíticos que, embora apresentados de forma específica, articulam-se entre si na compreensão da presença adulta como elemento estruturante da política educacional.

4.1 A presença adulta como infraestrutura pedagógica: fundamentos históricos e pedagógicos

A compreensão da presença adulta como elemento estruturante da Educação Infantil não constitui uma formulação recente, tampouco uma inovação decorrente exclusivamente das análises contemporâneas sobre a organização das redes de ensino. Trata-se, antes, de uma construção histórica, consolidada ao longo do desenvolvimento do campo educacional, especialmente a partir do reconhecimento da infância como etapa específica do desenvolvimento humano.

Ao longo do século XX, diferentes correntes pedagógicas contribuíram para deslocar a compreensão da criança como sujeito passivo para uma perspectiva que a reconhece como ativa, produtora de cultura e participante dos processos educativos. Nesse movimento, destacam-se as contribuições de Friedrich Fröbel (1782–1852), ao conceber o jardim de infância como espaço de interação mediada; de Maria Montessori (1965), ao enfatizar o ambiente preparado e a atuação sensível do educador; e de Jean Piaget (1971), ao evidenciar que o desenvolvimento infantil ocorre por estágios nos quais a criança constrói ativamente seu conhecimento.

Complementarmente, a teoria da aprendizagem social de Albert Bandura (1977) reforça que os processos de aprendizagem se constituem por meio da observação, da imitação e da

interação social, atribuindo papel central à presença do outro — especialmente do adulto — como mediador de comportamentos e significados.

Essas contribuições convergem para uma compreensão fundamental: a aprendizagem na infância é indissociável da relação com o outro. Nesse sentido, a presença adulta deixa de ser compreendida como um recurso de apoio e passa a configurar-se como uma condição de possibilidade da própria experiência educativa.

No contexto da RME-Cuiabá, os dados analisados evidenciam que essa presença já se materializa, especialmente nas turmas de creche, por meio da atuação simultânea de múltiplos profissionais. Essa condição, muitas vezes interpretada como exigência operacional, revela-se, na verdade, como expressão concreta de uma necessidade pedagógica estruturante, vinculada às demandas de cuidado, interação e mediação que caracterizam a infância.

Assim, ao reconhecer a presença adulta como infraestrutura pedagógica, desloca-se o debate do campo estritamente administrativo para uma dimensão mais ampla, na qual organização institucional, fundamentos teóricos e práticas educativas se articulam. Essa perspectiva permite compreender que a qualidade da Educação Infantil não se define apenas pelo currículo ou pelas propostas pedagógicas, mas também pelas condições concretas que possibilitam sua realização — entre as quais se destaca, de forma central, a presença qualificada e suficiente de adultos nas turmas.

4.2 A fratura entre creche e pré-escola: descontinuidade na presença adulta

A análise dos dados evidencia a existência de uma descontinuidade significativa na organização da presença adulta ao longo da Educação Infantil, particularmente na transição entre os grupos G3 (Grupo etário de crianças de 3 anos - creche) e G4 (Grupo etário de crianças de 4 anos - pré-escola). Enquanto as turmas de creche operam com múltiplos adultos simultaneamente, organizados em função das demandas de cuidado, interação e cobertura em tempo integral, a pré-escola tende a reduzir essa presença, frequentemente concentrando a responsabilidade pedagógica em um único professor por turma.

Essa diferença não pode ser compreendida apenas como um ajuste organizacional decorrente da idade das crianças ou da redução das necessidades de cuidado. Ao contrário, ela revela uma mudança mais profunda na forma como a infância é compreendida

institucionalmente. A transição para a pré-escola passa a ser marcada por uma aproximação com a lógica escolar tradicional, na qual a centralidade do professor substitui a dinâmica coletiva de trabalho observada na creche.

Os resultados apresentados no capítulo anterior demonstram que, mesmo nos grupos mais avançados da Educação Infantil, a presença de pelo menos dois adultos por turma constitui condição mínima para garantir o funcionamento adequado das atividades pedagógicas. Ainda assim, a organização predominante da pré-escola na RME-Cuiabá não reflete plenamente essa necessidade, resultando em uma redução da presença adulta que impacta diretamente a qualidade das interações e a capacidade de acompanhamento individualizado das crianças.

Essa fratura gera efeitos concretos no cotidiano escolar, entre os quais se destacam a sobrecarga docente, a limitação das possibilidades de organização dos espaços e das atividades, e a fragilização da continuidade dos vínculos estabelecidos ao longo da trajetória da criança na Educação Infantil. Além disso, contribui para a construção de uma experiência educativa menos integrada, na qual a passagem da creche para a pré-escola deixa de representar continuidade e passa a configurar uma ruptura.

As experiências de pré-escola em tempo integral existentes na rede tensionam essa lógica, ao demonstrar que a ampliação da jornada exige, necessariamente, a ampliação da presença adulta, aproximando a organização da pré-escola daquela observada na creche. Tais experiências indicam que a fratura identificada não é estruturalmente inevitável, mas resultado de escolhas organizacionais que podem ser revistas à luz dos parâmetros pedagógicos e das evidências empíricas disponíveis.

4.3 A incoerência institucional: entre reconhecimento normativo e organização prática

A análise da organização da Educação Infantil na RME-Cuiabá evidencia a existência de uma incoerência institucional que se manifesta na relação entre os fundamentos pedagógicos reconhecidos pela rede e a forma como esses fundamentos se traduzem na prática organizacional.

De um lado, observa-se um reconhecimento explícito, tanto em documentos normativos quanto nas produções técnico-científicas da CMPE, da importância da presença de múltiplos adultos nas turmas como condição para garantir a qualidade do atendimento. Esse

reconhecimento encontra respaldo em referenciais nacionais e internacionais, bem como nas próprias experiências desenvolvidas no interior da rede.

A dimensão atual da rede, com mais de quatro mil profissionais atuando na Educação Infantil, evidencia que o desafio não reside na ausência de recursos humanos, mas na forma como esses profissionais estão distribuídos entre creche e pré-escola.

De outro lado, a organização efetiva das turmas, especialmente na pré-escola, não incorpora plenamente esse princípio, mantendo estruturas que não refletem a necessidade de presença ampliada de adultos. Essa discrepância entre o que se reconhece como necessário e o que se pratica configura uma tensão estrutural que impacta diretamente a qualidade da política educacional.

Essa tensão se torna ainda mais evidente quando se considera a recente reconfiguração dos cargos no âmbito da rede municipal. No ano de 2026, a transformação do cargo de Técnico de Desenvolvimento Infantil (TDI) em Professor de Ensino Infantil (PEI), promovida no âmbito dos poderes legislativo e executivo municipal, representou um avanço no reconhecimento e na valorização profissional desses servidores. No entanto, essa mudança produziu efeitos colaterais na organização das unidades educacionais, especialmente no que se refere à redução do quantitativo de profissionais voltados ao apoio direto nas turmas.

Como resultado, observa-se a emergência de um vazio funcional no que se refere à presença de auxiliares nas salas de Educação Infantil, impactando diretamente a possibilidade de organização de equipes ampliadas. Tal cenário evidencia que processos de valorização profissional, embora necessários e legítimos, demandam articulação com a estrutura pedagógica da rede, de modo a evitar desequilíbrios na composição das equipes.

Essa situação torna-se ainda mais significativa quando se considera que a rede já dispõe, em seu Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS), de estrutura que historicamente contemplava a atuação desses profissionais em articulação com o trabalho docente. A ausência de uma recomposição ou reorganização equivalente após a transformação dos cargos contribui para a intensificação da incoerência entre os princípios pedagógicos reconhecidos e as condições reais de sua implementação.

Dessa forma, o desafio enfrentado pela RME-Cuiabá não reside na ausência de fundamentos teóricos ou de profissionais qualificados, mas na necessidade de reequilibrar a organização da força de trabalho, de modo a recompor a presença adulta nas turmas em níveis compatíveis com as demandas da Educação Infantil.

Superar essa incoerência implica reconhecer que a presença adulta não é apenas uma variável administrativa, mas um componente estruturante da política educacional, cuja organização deve acompanhar as transformações institucionais e as demandas pedagógicas da rede.

Importa destacar que a recente transformação dos cargos de Técnico de Desenvolvimento Infantil (TDI) em Professor de Ensino Infantil (PEI) ocorreu em um contexto histórico de valorização profissional, no qual servidores que ingressaram na rede como ADI, com formação de nível médio, passaram por processos formativos promovidos pela própria Secretaria Municipal de Educação, em parceria com instituições de ensino superior, culminando na obtenção de formação em nível superior em Pedagogia.

Esse processo representa um avanço significativo na qualificação do quadro profissional da Educação Infantil, resultando, inclusive, em um cenário no qual as turmas de creche passaram a contar com elevada presença de profissionais com formação docente. No entanto, tal reconfiguração também produziu um deslocamento na composição das equipes, com redução relativa de profissionais voltados às funções de apoio direto, especialmente nas turmas de pré-escola.

Dessa forma, o desafio atual não se encontra na qualificação do corpo profissional — já amplamente alcançada —, mas na reorganização de sua distribuição no interior da rede, de modo a garantir equilíbrio entre docência e apoio pedagógico, respeitando as especificidades de cada etapa da Educação Infantil.

4.4 O potencial do PCCS como solução estrutural

A análise da organização da Educação Infantil na RME-Cuiabá permite identificar que a superação das incoerências institucionais anteriormente discutidas não depende, necessariamente, da criação de novos cargos ou da ampliação indiscriminada do quadro de pessoal, mas da reinterpretção e reorganização da estrutura já existente no âmbito do Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS) da Secretaria Municipal de Educação.

O PCCS, enquanto instrumento de organização da força de trabalho, não se limita à definição de funções e remuneração, mas constitui um dispositivo estruturante da política educacional, na medida em que regula as possibilidades de atuação profissional, a distribuição de responsabilidades e a própria configuração das equipes no interior das unidades escolares. Nesse sentido, sua leitura não pode ser restrita ao campo

administrativo, devendo ser compreendida também como elemento articulador entre gestão e prática pedagógica.

No caso específico da Educação Infantil, a existência histórica dos cargos de Auxiliar de Desenvolvimento Infantil (ADI) e Técnico de Desenvolvimento Infantil (TDI), bem como sua recente reconfiguração no cargo de Professor de Ensino Infantil (PEI), evidencia que a rede municipal já dispõe de uma base funcional capaz de sustentar diferentes formas de organização da presença adulta nas turmas. Esses cargos, em suas diferentes configurações ao longo do tempo, sempre estiveram vinculados à atuação direta com as crianças, especialmente nos aspectos relacionados ao cuidado, à interação e à mediação pedagógica.

A transformação do cargo de TDI em PEI, ocorrida em 2026, representa um movimento de valorização profissional que deve ser reconhecido como avanço no campo das políticas educacionais. No entanto, como evidenciado na análise anterior, essa mudança produziu efeitos na composição das equipes, especialmente no que se refere à redução do quantitativo de profissionais destinados ao apoio direto nas turmas. Esse cenário reforça a necessidade de uma reorganização sistêmica que permita recompor a presença adulta de forma equilibrada, sem desconsiderar os avanços alcançados.

Nesse contexto, o potencial do PCCS reside justamente na possibilidade de reorganizar a alocação dos profissionais, reconhecendo a turma de Educação Infantil como uma unidade coletiva de trabalho. Isso implica superar a lógica centrada exclusivamente na figura do professor responsável e avançar para um modelo que considere a atuação integrada de diferentes profissionais, em consonância com as demandas pedagógicas da etapa.

Tal reorganização não pressupõe, necessariamente, aumento de despesas, mas sim uma redefinição de critérios de distribuição da força de trabalho, orientada por parâmetros como a proporção adulto-criança, a jornada de atendimento e as especificidades de cada grupo etário. Ao adotar essa perspectiva, a rede pode alinhar sua estrutura administrativa aos princípios pedagógicos que já reconhece como fundamentais.

Além disso, o PCCS oferece condições para pensar trajetórias profissionais que articulem diferentes funções no interior da Educação Infantil, valorizando a experiência acumulada e possibilitando a construção de equipes mais estáveis e qualificadas. Essa dimensão é particularmente relevante em um campo no qual a continuidade das relações e a qualidade das interações constituem elementos centrais para o desenvolvimento infantil.

Dessa forma, o PCCS não deve ser compreendido apenas como um instrumento de regulação administrativa, mas como um elemento estratégico para a reorganização da política educacional. Ao reconhecer e mobilizar seu potencial, a RME-Cuiabá pode avançar na construção de um modelo de Educação Infantil que articule valorização profissional, coerência institucional e qualidade pedagógica.

Cabe destacar que a proposta de reorganização da presença adulta nas turmas da Educação Infantil não implica, necessariamente, ampliação do gasto com pessoal, aspecto sensível no âmbito da gestão pública municipal diante dos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Ao contrário, ao se fundamentar na redistribuição dos profissionais já existentes no quadro da rede, a proposta apresenta potencial de otimização da força de trabalho, promovendo maior eficiência na alocação dos recursos humanos.

Nesse sentido, a reorganização sugerida dialoga com os princípios da responsabilidade fiscal, ao buscar equilíbrio entre qualidade do atendimento educacional e sustentabilidade orçamentária, evitando a necessidade de criação de novos cargos ou expansão significativa da folha de pagamento. Tal característica confere maior viabilidade técnica à proposta, especialmente em cenários de restrição fiscal, nos quais iniciativas que impliquem aumento de despesa tendem a encontrar maiores obstáculos institucionais.

Considerando o elevado quantitativo de profissionais já existente na rede, a reorganização proposta apresenta-se como alternativa viável do ponto de vista administrativo e orçamentário, uma vez que se fundamenta na redistribuição da força de trabalho, e não em sua ampliação.

4.5 Reorganização da força de trabalho: redistribuição docente e recomposição do apoio

A análise desenvolvida neste estudo permite avançar para uma explicitação mais direta das implicações operacionais da reorganização proposta para a Educação Infantil na RME-Cuiabá.

A recente transformação dos cargos de Técnico de Desenvolvimento Infantil (TDI) em Professor de Ensino Infantil (PEI) resultou em um cenário no qual a rede passou a contar com um contingente ampliado de profissionais com formação docente, concentrados, em grande medida, nas turmas da fase creche. Embora essa condição represente um avanço

significativo na qualificação do atendimento, ela também produziu um desequilíbrio na distribuição da força de trabalho entre as diferentes etapas da Educação Infantil.

Nesse contexto, a proposta apresentada neste estudo implica reconhecer que os profissionais PEI, enquanto docentes habilitados, podem e devem atuar em toda a Educação Infantil, incluindo as turmas de pré-escola (**G4** - *Grupo etário de crianças de 4 anos* - e **G5** - *Grupo etário de crianças de 5 anos*), e não apenas na fase creche. Essa redistribuição permite recompor a presença docente na pré-escola, etapa que atualmente apresenta maior fragilidade na presença adulta.

Paralelamente, a reorganização proposta demanda o resgate e a recomposição da função de apoio nas turmas, historicamente desempenhada pelos Auxiliares de Desenvolvimento Infantil (ADI). A redução desse contingente, decorrente da transformação dos cargos, gerou lacunas na organização cotidiana das unidades, especialmente no que se refere às atividades de cuidado, acompanhamento e suporte pedagógico.

Dessa forma, a proposta articula dois movimentos complementares: (i) a redistribuição progressiva dos profissionais PEI para atuação docente em toda a Educação Infantil; e (ii) a recomposição do quadro de auxiliares por meio de processos de ingresso funcional, priorizando cargos de nível médio, como ADI.

Essa estratégia apresenta relevância não apenas do ponto de vista pedagógico, mas também administrativo e orçamentário. Ao substituir, progressivamente, funções de apoio atualmente desempenhadas por profissionais com remuneração de nível superior por cargos específicos de apoio com menor custo relativo, a rede pode promover maior racionalidade na aplicação dos recursos públicos.

Assim, a reorganização proposta não apenas qualifica a presença adulta nas turmas, mas também contribui para o equilíbrio entre valorização profissional, eficiência administrativa e sustentabilidade fiscal, reforçando sua viabilidade como política pública.

4.6 A presença adulta como condição da pedagogia da escuta

A centralidade da presença adulta na Educação Infantil encontra respaldo não apenas em parâmetros normativos ou operacionais, mas também em concepções pedagógicas

reconhecidas internacionalmente. A experiência de Reggio Emilia, desenvolvida sob a liderança de Loris Malaguzzi (1999), constitui uma referência paradigmática nesse sentido.

Nessa abordagem, a educação é compreendida como um processo essencialmente relacional, no qual a criança é reconhecida como sujeito ativo, produtora de cultura e portadora de múltiplas formas de expressão — as chamadas “cem linguagens da criança”. Nesse contexto, o adulto não atua apenas como transmissor de conhecimentos, mas como observador, interlocutor e co-construtor das experiências educativas.

Tal concepção implica a necessidade de múltiplos adultos por turma, não como exigência operacional, mas como condição para a escuta qualificada, a documentação pedagógica e a interpretação dos processos de aprendizagem. A redução da presença adulta compromete, portanto, não apenas a organização do trabalho, mas a própria possibilidade de realização de uma pedagogia centrada na criança.

Dessa forma, a discussão sobre a proporção adulto–criança, no contexto da RME-Cuiabá, pode ser compreendida como uma mediação entre dois planos: de um lado, a necessidade de organização estrutural da rede; de outro, a garantia das condições pedagógicas que permitam a efetivação de práticas educativas fundamentadas na escuta, na interação e na valorização da infância.

A pedagogia da escuta, conforme desenvolvida por Loris Malaguzzi, não se sustenta apenas em princípios conceituais, mas exige condições organizacionais concretas para sua realização. A escuta pedagógica implica tempo, atenção e multiplicidade de olhares sobre a criança, o que pressupõe a presença simultânea de mais de um adulto no ambiente educativo.

Nesse sentido, a organização das turmas com base na presença ampliada de adultos, conforme proposto neste estudo, não se limita a uma adequação quantitativa, mas constitui condição estruturante para a efetivação dessa abordagem pedagógica. A existência de múltiplos profissionais por turma possibilita a observação mais atenta das crianças, a documentação pedagógica dos processos de aprendizagem e a construção de intervenções mais qualificadas.

Além disso, a divisão de responsabilidades entre os adultos permite que um profissional esteja diretamente envolvido na condução das atividades, enquanto outro pode observar, registrar e interagir de forma mais individualizada com as crianças, ampliando as possibilidades de escuta e interpretação das experiências infantis.

Dessa forma, a proposta de reorganização da presença adulta na RME-Cuiabá aproxima-se dos princípios da pedagogia da escuta, ao criar condições materiais e organizacionais que tornam possível sua realização no cotidiano das unidades educacionais.

4.7 Experiências institucionais e a pedagogia da presença: entre evidência local e referência internacional

A análise da organização da Educação Infantil na Rede Municipal de Educação de Cuiabá permite afirmar que a discussão sobre a presença ampliada de adultos nas turmas não se limita ao campo das proposições teóricas ou normativas. Ao contrário, a própria rede já apresenta experiências institucionais que materializam, ainda que de forma pontual, arranjos diferenciados de organização pedagógica e de composição de equipes.

Entre essas experiências, destacam-se as turmas de pré-escola em tempo integral implantadas na EMEB Prof^a Francisca Martins, em funcionamento desde 2019, e na EMEBC Prof. Udeney Gonçalves de Amorim, iniciada no ano de 2026, além da proposta sistematizada no estudo *“Implantação Experimental de Atendimento em Tempo Integral para Pré-escola na Rede Municipal de Educação de Cuiabá”*. Essas iniciativas demonstram que a ampliação da jornada educativa na pré-escola não apenas é viável no contexto da rede municipal, como também exige uma reorganização da presença adulta que se aproxima dos parâmetros defendidos neste estudo.

Nessas experiências, a organização do trabalho pedagógico pressupõe a presença de múltiplos profissionais por turma, distribuídos ao longo dos turnos, garantindo continuidade das interações, estabilidade de vínculos e diversidade de experiências educativas. Tal configuração reforça a compreensão de que a ampliação do tempo educativo está diretamente associada à ampliação da presença adulta qualificada, não podendo ser reduzida a uma simples extensão da jornada escolar.

Outro caso relevante refere-se às turmas de G3 – Jardim II Escola, que operam em regime parcial no ambiente escolar, constituindo uma configuração híbrida no interior da rede. Nessas turmas, observa-se, desde 2010, a atuação conjunta de um professor e um auxiliar por turma, evidenciando que a presença de mais de um adulto no cotidiano pedagógico não é uma inovação recente, mas uma prática consolidada em determinados arranjos institucionais da própria RME-Cuiabá.

Essas evidências empíricas permitem deslocar a discussão da presença adulta de um plano meramente normativo para um plano experiencial, no qual a própria rede já produziu formas concretas de organização que sustentam a viabilidade da proposta. Nesse sentido, a reorganização da presença adulta não se apresenta como ruptura com o modelo existente, mas como sistematização e ampliação de práticas já em curso.

Ao dialogar com referenciais internacionais, essa compreensão encontra forte ressonância na experiência de Loris Malaguzzi, desenvolvida na cidade de Reggio Emilia. Nessa abordagem, a Educação Infantil é compreendida como um campo essencialmente relacional, no qual a criança é reconhecida como sujeito ativo e produtora de cultura, e o adulto assume o papel de interlocutor sensível, observador e co-construtor das experiências educativas.

A chamada pedagogia da escuta, central no pensamento de Malaguzzi, pressupõe a presença qualificada de adultos capazes de observar, registrar, interpretar e dialogar com as múltiplas formas de expressão da criança — as denominadas “cem linguagens”. Tal perspectiva desloca o debate sobre a presença adulta do campo quantitativo para o campo qualitativo, sem, contudo, prescindir de condições materiais mínimas para sua realização.

Nesse sentido, a proporção adulto–criança deixa de ser compreendida apenas como um parâmetro técnico de organização administrativa, passando a constituir condição estruturante para a efetivação de práticas pedagógicas baseadas na escuta, na interação e na construção coletiva do conhecimento. A ausência ou insuficiência de adultos inviabiliza, na prática, a realização dessa abordagem, reduzindo a experiência educativa a formas de controle e contenção.

No contexto brasileiro, essa compreensão dialoga diretamente com os princípios estabelecidos pela Base Nacional Comum Curricular, que define a Educação Infantil como etapa organizada a partir dos campos de experiência, nos quais a interação e a brincadeira são eixos estruturantes do trabalho pedagógico. Da mesma forma, os Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil indicam a necessidade de condições adequadas de atendimento, incluindo a relação entre adultos e crianças, como elemento central para garantir o desenvolvimento integral.

A articulação entre essas diferentes referências — experiências locais da RME-Cuiabá, produções técnico-científicas da CMPE, referenciais nacionais e abordagens internacionais — permite afirmar que a presença adulta na Educação Infantil deve ser compreendida como uma infraestrutura pedagógica. Não se trata de um recurso de apoio ou de um elemento

complementar, mas de uma condição de possibilidade para a realização do próprio projeto educativo da infância.

Dessa forma, a reorganização da presença adulta na rede municipal não representa apenas um ajuste administrativo, mas um movimento de alinhamento entre prática institucional, fundamentos pedagógicos e diretrizes normativas. Ao reconhecer e sistematizar as experiências já existentes, a RME-Cuiabá posiciona-se não apenas como executora de políticas educacionais, mas como produtora de conhecimento e referência no campo do microplanejamento educacional aplicado à Educação Infantil.

5. Considerações Finais

Os resultados desta análise indicam que a qualidade da Educação Infantil na RME-Cuiabá está diretamente vinculada à organização da presença adulta nas turmas.

Esta análise evidencia que:

- a presença de múltiplos adultos é condição estrutural da etapa;
- essa necessidade já é reconhecida na prática e na normativa;
- a rede possui instrumentos legais para sua implementação.

Dessa forma, conclui-se que:

a qualificação da Educação Infantil não depende da criação de novos cargos, mas da reorganização estratégica da força de trabalho existente.

Essa reorganização permite alinhar a estrutura da rede aos princípios pedagógicos da Educação Infantil, ao mesmo tempo em que promove maior eficiência na gestão dos recursos públicos.

A análise demonstra que a RME-Cuiabá já dispõe de um contingente significativo de profissionais na Educação Infantil, o que reforça que o aprimoramento da política pública não depende da expansão do quadro funcional, mas de sua reorganização.

Ao reconhecer a presença adulta como infraestrutura pedagógica, a RME-Cuiabá pode avançar na construção de uma política pública mais coerente, equitativa e alinhada às necessidades da infância.

6. Referências

BRASIL. Ministério da Educação. *Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil*. Brasília: MEC, 2006.

BANDURA, Albert. *Social learning theory*. Englewood Cliffs: Prentice Hall, 1977.

CUIABÁ. Conselho Municipal de Educação. **Resolução Normativa nº 03/2012**. Cuiabá: CME, 2012.

CUIABÁ. Conselho Municipal de Educação. **Resolução Normativa nº 04/2012**. Cuiabá: CME, 2012.

CUIABÁ. Conselho Municipal de Educação. **Resolução Normativa nº 02/2025**. Cuiabá: CME, 2025.

EDWARDS, Carolyn; GANDINI, Lella; FORMAN, George. *As cem linguagens da criança*. Porto Alegre: Artmed, 2016.

FRÖBEL, Friedrich. *A educação do homem*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LENA, Ângelo Valentim. *Coerência etária, data-corte e organização da Educação Infantil*. Cuiabá: SME/CMPE, 2025.

LENA, Ângelo Valentim. *Pré-escola incompleta: um estudo sobre a ociosidade de vagas na rede municipal de Cuiabá*. Cuiabá: SME/CMPE, 2025.

LENA, Ângelo Valentim. *Implantação experimental de atendimento em tempo integral para pré-escola*. Cuiabá: SME/CMPE, 2026.

MALAGUZZI, Loris. *Histórias de crianças, professores e pais: as experiências das escolas de Reggio Emilia na Itália*. Porto Alegre: Artmed, 1999.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MONTESSORI, Maria. *A criança*. São Paulo: Nórdica, 1965.

PIAGET, Jean. *A formação do símbolo na criança: imitação, jogo e sonho*. Rio de Janeiro: LTC, 1971.